

O consumidor, o trabalhador e o Censo

Marcelo Néri

• O presidente da República apontou uma aparente contradição entre os resultados negativos da renda e aqueles positivos do consumo divulgados esta semana no Censo do IBGE: "Há um paradoxo. Ou não se consumiu tanto ou não se ganhou tanto pouco", disse Fernando Henrique. Cabe-nos aqui lembrar que, nessa comparação entre os dados de renda e os de consumo, há diversos percalços.

Em primeiro lugar, os dados de renda divulgados não são passíveis de comparações entre os censos de 1991 e de 2000 pois, além de ter mudado o período de referência da pergunta sobre a ocupação exercida (antes era o último ano, agora se refere à última semana), a distribuição de renda está captada em termos de faixas de salário-mínimo de cada época, que não são comparáveis entre si. Em segundo lugar, cabe lembrar que os dados se referem à renda do trabalho e não à renda de todas as fontes, aí incluindo adicionalmente aos rendimentos do trabalho: benefícios previdenciários, seguro-desemprego, outras transferências públicas, além de juros e aluguéis. Por exemplo, quando comparamos os dados da PNAD no difícil período de crises externas de 1996 a 1999, notamos queda de renda familiar per capita do trabalho de 2,79% ao ano, contra um incremento dessas outras fontes de renda de 4,4% ao ano. Essas fontes de renda alternativas, apesar de serem menos relevantes na formação da renda familiar do que as do trabalho, atuaram como amortecedor da crise trabalhista observada ao longo da década. Na década de 90, o mercado (de trabalho) andou de lado mas as redes de proteção social funcionaram melhor do que antes. Isso está claro nos dados. A explicação estaria na universalização da previdência rural, na difusão do seguro-desemprego, na concessão de novos benefícios sociais (como as bolsas-escola, alimentação etc. do Projeto Alvorada), no aumento do poder de compra de numerário de nossa política social: o salário-mínimo.

Os dados do Censo a partir da ótica do consumidor revelam forte incremento não só no acesso aos bens duráveis como nos serviços públicos. Agora, as ra-

zões por trás do avanço consumista observado parecem estar menos em melhoras na desigualdade de renda e mais na redução das incertezas. Com a estabilização do real, os indivíduos se sentiram mais seguros para tomar crédito e converter poupanças em consumo de duráveis. Similarmente, as financeiras se sentiram mais confiantes em ofertar empréstimos pela facilidade de monitorar potenciais tomadores, relaxando restrições ao crédito.

Os anos 90 representam a década das reformas liberais, nos quais abertura da economia, privatizações e reforma administrativa ocupam lugar de destaque. Esses processos geraram custos para alguns grupos específicos de trabalhadores (que já tinham, e continuaram a ter, acesso a bens e serviços medidos pelo Censo) como o ex-operário industrial paulista, o ex-funcionário de estatal carioca ou o ex-funcionário público brasileiro. Por outro lado, a abertura da economia aumentou a quantidade e a qualidade dos bens duráveis (e de seus componentes) disponíveis no mercado interno a pessoas de todas as regiões. Ao passo que efeito semelhante pode ser observado para as demais reformas citadas no caso de serviços públicos. Em particular, a privatização transformou o telefone de raridade num serviço em franco processo de difusão.

Finalmente, a sensação de frustração observada pode estar associada não só à renda como ao próprio ato de consumo. A causa pode ser a falta de capacidade do acesso a bens e serviços de acompanhar o ritmo das inovações observadas nos desejos de consumo. Num mundo globalizado, exposto aos olhos do nosso cidadão comum pela abertura, os brasileiros se sentem compelidos a acompanhar os hábitos mutantes dos Jones e seus vizinhos americanos. A frustração consumista ocorreria mais por não possuímos o que passamos a desejar ter do que por perder o que já possuíamos. Esse tipo de questão de hábitos, expectativas e atitudes num mundo globalizado é particularmente cara ao nosso presidente, craque da sociologia.

MARCELO NÉRI é economista da Fundação Getúlio Vargas